



## XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

*Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento*

Mar del Plata – Argentina  
22, 23 e 24 de novembro de 2017  
ISBN: 978-85-68618-03-5



# O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DOCENTE DA UNIJUÍ PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

**CÁTIA MARIA NEHRING**

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
[catia@unijui.edu.br](mailto:catia@unijui.edu.br)

**CRISTINA ELIZA POZZOBON**

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
[pozzobon@unijui.edu.br](mailto:pozzobon@unijui.edu.br)

**MAGNA STELLA CARGNELUTTI DALLA ROSA**

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
[magna@unijui.edu.br](mailto:magna@unijui.edu.br)

## RESUMO

O Programa de Avaliação Docente representa uma estratégia de excelência em todo o fazer acadêmico da UNIJUÍ. É constituído a partir de três subprogramas, os quais possibilitam diferentes olhares. Para essa produção, fez-se um recorte, trabalhando a partir de questões dos instrumentos utilizados em dois subprogramas: Autoavaliação Docente; e Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes. Utilizou-se também os resultados do terceiro subprograma, que é a Avaliação pelos Pares. A trajetória e as concepções institucionais de avaliação, a legislação que estabelece as políticas públicas de avaliação da educação superior e os referenciais teóricos consultados sustentam a base teórica. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações de Ensino da UNIJUÍ e dos pareceres dos Núcleos Docentes Estruturantes. Objetivou-se expor uma reflexão acerca da possibilidade de utilização do Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ como ferramenta de gestão que possibilita a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem. Para tanto, fez-se uma breve contextualização, analisaram-se e discutiram-se os resultados obtidos em 2015. O estudo evidenciou que o referido Programa contribuiu para o alinhamento entre os processos de avaliação e de planejamento, pelo envolvimento dos professores e coordenadores de curso nas ações realizadas durante os semestres.

**Palavras chave:** Autoavaliação Docente, Plano de Ensino, Avaliação pelos Estudantes, Planejamento Institucional, Gestão Universitária.

## 1. INTRODUÇÃO

A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES)<sup>1</sup> e, assim como em todo projeto coletivo, tem a avaliação e, mais especificamente, a autoavaliação como um dos pilares de seu planejamento.

A autoavaliação tem uma longa trajetória na UNIJUÍ. Contudo, foi a partir do início dos anos de mil novecentos e noventa que este processo se intensificou e se concretizou de forma institucional, pela sua inserção no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído pelo Governo Federal e, também, no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias (PAIUNG) do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG). Cabe relatar que o PAIUNG se constitui em importante espaço de debate e de troca de experiências entre as ICES gaúchas, quer seja para a compreensão de políticas e processos, quer seja pela aprendizagem e produção do conhecimento, materializada pela realização de eventos e pela publicação de artigos e livros<sup>2</sup>.

A partir de 2004, no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o processo deu um novo passo, sendo institucionalizada a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que passou a coordenar o processo de autoavaliação na UNIJUÍ, com a concepção de avaliação enquanto um processo permanente, fortalecendo, assim, a prática já instituída de autoavaliação.

Deste modo, desde 2004 a CPA realiza atividades de sensibilização, de motivação e de sistematização do processo avaliativo, tendo presente a experiência de avaliação institucional e tendo por referência a Lei do SINAES, que tem como princípio que “quem faz a autoavaliação na Universidade são os diferentes sujeitos, em diferentes espaços institucionais”, cabendo à CPA o acompanhamento e a sistematização das ações desenvolvidas pelas respectivas unidades universitárias e a materialização de um Programa de Avaliação Institucional.

A história de avaliação e de autoavaliação da UNIJUÍ evidencia o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões, sustentada no princípio democrático, no diálogo e na interação no âmbito da comunidade interna e externa. Exemplo disso são os 22 (vinte e dois) cadernos de avaliação institucional que registram os processos avaliativos de 1999 a 2004<sup>3</sup> e, a partir de 2004, os Relatórios de Autoavaliação Institucional<sup>4</sup> que registram os processos e resultados avaliativos desenvolvidos na Universidade. Nesta perspectiva, a avaliação é entendida como um processo

---

<sup>1</sup> As Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) são as que não têm finalidades lucrativas e reinvestem todos os resultados na própria atividade educacional. São criadas e mantidas pela sociedade civil e contribuem para o desenvolvimento do país através da oferta de educação de qualidade. Elas devem ser entendidas como fruto da aspiração de cidadãos que, ante a inexistência da oferta dos serviços básicos que a Constituição lhes garante, se unem para poderem acessá-los. A Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

<sup>2</sup> Podem ser conferidos no sítio [www.paiung.org.br](http://www.paiung.org.br).

<sup>3</sup> Nesta coleção estão registrados os processos e resultados da avaliação realizada na UNIJUÍ em período anterior ao SINAES. Os cadernos podem ser encontrados no Museu Antropológico Diretor Pestana da FIDENE, em Ijuí/RS, e na Comissão Própria de Avaliação da UNIJUÍ.

<sup>4</sup> Os Relatórios de Autoavaliação Institucional estão disponíveis para consulta no sítio [www.unijui.edu.br/cpa](http://www.unijui.edu.br/cpa).

contínuo e está em sua quinta fase de desenvolvimento, a partir do Projeto de Autoavaliação Institucional 2016-2019.

Com base neste princípio de avaliação e planejamento, a UNIJUÍ, em 2012 institucionalizou o Programa de Avaliação Docente, constituído por três subprogramas, quais sejam: Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes; Autoavaliação Docente; e Avaliação pelos Pares; possibilitando diferentes olhares. O Programa é coordenado pela Vice-Reitoria de Graduação (VRG) conjuntamente com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), desde 2014. Cada subprograma conta com público e instrumento de pesquisa e de análise diferenciados conforme o seu objetivo.

Assim, este trabalho expõe uma reflexão acerca da possibilidade de utilização do Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ como ferramenta de gestão que possibilita a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem. Para tanto, fez-se uma breve contextualização do referido Programa e se propõe a analisar e discutir os resultados obtidos em 2015, a partir de questões dos instrumentos utilizados em dois subprogramas: Autoavaliação Docente e Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes. Utilizou-se também os resultados do terceiro subprograma, Avaliação pelos Pares, buscando-se responder a seguinte questão: os processos avaliativos e, por consequência, seus resultados, possibilitam a qualificação do processo de ensino e da aprendizagem, especialmente para a dimensão dos cursos de graduação? Foram utilizadas três fontes de informação que se entendeu adequadas para fazer a relação entre como o professor compreende a sua atuação no processo de ensino e aprendizagem do estudante, e o que dizem os estudantes em relação ao seu processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas avaliadas.

## **2. A AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Leite (1996, p. 40), na sua visão, expõe que “a avaliação no seu todo, como um organizador forte, quando legitimado pela comunidade, traz por dentro do processo o fenômeno do repensar-se, não frente ao Estado Avaliativo, mas frente à sociedade com a qual a comunidade acadêmica precisa estar sempre comprometida”.

Na concepção de Sobrinho (1997, p. 115):

[...] tendo como foco a formação em termos da participação crítica e criativa do indivíduo na vida social, o SINAES põe em questão a responsabilidade social da IES. Prioriza, portanto, os processos centrados na análise e no julgamento dos significados e ações e atividades acadêmicas e institucionais relativamente ao desenvolvimento do conhecimento, da cidadania e, assim, da sociedade, São esses princípios que orientam os processos avaliativos desta Universidade e objetivam orientar de fato o planejamento. Nesta perspectiva, planejamento, execução dos processos e avaliação são processos dinâmicos e que se complementam [...].

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ atende a políticas de estado, como o SINAES; e corresponde a trajetória histórica da Universidade, a partir das políticas definidas em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2015-2019. Neste contexto, enfatiza-se na proposição do SINAES que

[...] a autoavaliação tem como eixo central dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais: Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas

institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização. (BRASIL/MEC, 2004).

Para compreender este programa faz-se necessário contextualizá-lo a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (BRASIL/CONAES, 2004), está ancorado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais. Por sua característica global, abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, o SINAES recupera as finalidades essenciais da avaliação, ultrapassando, por exemplo, a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional (BRASIL/CONAES, 2004).

Na concepção de Sobrinho (2002, p. 53), o SINAES, enquanto sistema de avaliação, pressupõe diferentes enfoques e olhares. Na opinião deste estudioso em processos avaliativos:

Não pode haver uma oposição simples entre objetividade simples entre objetividade e subjetividade ou entre processos e produtos, quantidade e qualidade, bem como entre as partes e o todo. Na verdade, a avaliação da educação exige que se combinem vários enfoques, metodologias, instrumentos e estratégias, de modo particular (a articular) uma adequada intercomunicação entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Conforme refere Silva (2011, p.32) sobre o Programa de Avaliação Docente:

Não somente os professores, mas todos aqueles implicados no ato formativo precisam implicar-se com a totalidade da vida universitária. É nela que reside o motivo fundamental do encontro em que se estabelece e se funda o intermédio cultural que refunde a vida dos estudantes e dos professores. É inegável que os estágios de compreensão e formação em que se situam educadores e educandos no interior do contexto avaliativo são muito diferenciados no interior da cultura universitária, o que, no entanto, não exime de nenhuma forma a participação de ambos no processo. Equivocado seria pensar, que se faz universidade democrática, sem ouvir, consultar os estudantes, professores, gestores, comunidade externa e as suas formas de ver e compreender o mundo, assumindo-os como sujeitos do processo. De outra forma, reducionista seria, se não considerássemos os limites do próprio ato de avaliar e julgar feito pelos estudantes independentemente de certas configurações sociais, históricas, científicas e filosóficas específicas.

Neste contexto, entende-se o Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ a partir da concepção de avaliação formativa e não punitiva, de participação efetiva dos agentes que fazem a universidade que, permeados pelo diálogo/reflexão, tem na avaliação a base para rever os processos acadêmicos e administrativos, articulados ao planejamento da instituição, com vistas à excelência acadêmica, conforme já referido por Silva (2011, p. 32) na introdução deste trabalho.

Cabe mencionar que o Programa de Avaliação Docente, atende ao que estabelecem os objetivos e estratégias do PDI 2015-2019 (2015, p. 16), no Eixo 1 – Fortalecimento do Projeto Institucional, em sua estratégia 1.1.1 Avaliação permanente de programas, instrumentos e

estratégias institucional de modo a garantir a pertinência da ação da universidade no projeto de desenvolvimento de seu território, em consonância com as políticas e diretrizes do SINAES/MEC.

Trata-se, então, de uma política institucional para planejamento, execução e avaliação de seus programas de forma cíclica, sendo a avaliação um elemento essencial para alimentar o planejamento e a execução das ações projetadas.

Na UNIJUÍ, entende-se que a avaliação precisa gerar indicadores para definir prioridades e apontar o que deve ser realizado para a constante qualificação dos cursos, dos departamentos e da IES, visando atender a missão de “Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região”. Para ilustrar tal entendimento, recorre-se as palavras do professor Martinho Kelm, Reitor da UNIJUÍ em duas gestões (2011/2013 e 2014/2016), expressas no Relatório da Comissão Própria de Avaliação da UNIJUÍ (2015, p. 12):

[...] a importância do trabalho realizado pela CPA é inquestionável e encontra-se compilada no Relatório de Autoavaliação Institucional que apresenta um diagnóstico orientador de rumos a serem tomados para o alcance das metas. Esta orientação aos poucos foi disseminando resultados que já puderam ser percebidos e utilizados no último ano, principalmente pelo fato de haver uma estabilização financeira.

As palavras de Kelm, contidas no Relatório da Comissão Própria de Avaliação da UNIJUÍ (2015), evidenciam a política institucional de alinhamento entre planejamento, execução e avaliação de forma cíclica, tornando os resultados avaliativos uma ferramenta importante para a gestão da IES nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

A trajetória e as concepções institucionais sobre avaliação, a legislação que estabelece as políticas públicas de avaliação da educação superior, e os debates provocados por Sobrinho (1997) e Leite (1996), dentre outros autores, sustentam a base teórica das reflexões deste artigo, no qual se faz um recorte, trabalhando a partir de questões dos instrumentos utilizados nos subprogramas Autoavaliação Docente e Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes. E, também, dos resultados do subprograma Avaliação pelos Pares.

### **3. A ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DOCENTE**

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ foi elaborado por um grupo de professores das diferentes áreas do conhecimento, nomeado pela Reitoria (Portaria nº 35/2011), e discutido nos colegiados da Instituição. Os objetivos do programa consistem em:

- definir o processo de avaliação docente da UNIJUÍ, visando à promoção do desenvolvimento institucional, à política de gestão de pessoas e à qualidade da atuação no processo ensino e aprendizagem e nas relações com o corpo discente e comunidade;
- identificar aspectos de natureza interpessoal, organizacional, ambiental, dentre outras condições de trabalho que facilitam ou dificultam o desempenho docente;
- gerar indicadores sobre competências, reconhecidas como conhecimento constituído, habilidades e atitudes, para formulação de políticas de gestão de pessoas que oportunizam o

crescimento profissional, a formação continuada e/ou aperfeiçoamento, a afirmação social dos docentes, bem como possibilitam o alcance das metas e objetivos institucionais.

Este Programa está embasado em legislações externas e internas e tem as diretrizes institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão como norteadoras de sua ação, especialmente no que se refere à avaliação como processo constante de qualificação da universidade e a busca da excelência acadêmica nas diferentes dimensões da atuação universitária.

Como já exposto, o Programa de Avaliação Docente é constituído por três subprogramas, quais sejam: Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes; Autoavaliação Docente e Avaliação pelos Pares; possibilitando diferentes olhares. Cada subprograma conta com sujeitos; instrumentos de pesquisa; períodos de aplicação e de análise diferenciados conforme o seu objetivo.

O subprograma Autoavaliação Docente é realizado bianualmente. É composto por três fontes de informação: *[i]* um instrumento preenchido pelo professor, organizado por questões objetivas e dissertativas; *[ii]* as informações extraídas da Ficha de Atividade Docente, que registra todas as atividades realizadas pelo professor no ano e, também, *[iii]* as informações disponibilizadas e extraídas do Currículo Lattes. A partir destes três instrumentos é gerado um relatório quantitativo e qualitativo apresentando: a visão institucional, a visão departamental e a visão do curso, sempre tendo como referência o professor e sua alocação de atividades no ano. Acredita-se que este subprograma se constitui em espaço de autorreflexão das práticas do professor universitário da UNIJUÍ.

O subprograma Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes é realizado a partir das disciplinas matriculadas no semestre pelo estudante. Este sujeito realiza, facultativamente, a avaliação de cada disciplina, a partir do seu acesso ao Portal do Aluno, utilizando um questionário *online* que, após preenchido, é armazenado sem identificação. Tal questionário está organizado em questões objetivas e dissertativas, abrangendo: a função da disciplina na formação acadêmico-profissional; sua relação com a pesquisa e a extensão; e as questões procedimentais, metodológicas e bibliográficas do professor no fazer da disciplina. A partir do preenchimento do questionário, são organizados relatórios mostrando a visão institucional, departamental, do curso e do professor, para cada disciplina.

O subprograma Avaliação pelos Pares utiliza os Pareceres produzidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso semestralmente. Cabe ao NDE a responsabilidade de analisar e identificar potencialidades e/ou fragilidades dos resultados nos processos acadêmico e administrativo, alinhados ao PDI e ao Relatório de Autoavaliação Institucional, a fim de subsidiar o planejamento e a execução das ações do departamento e do curso. Estas ações do NDE são materializadas em Parecer que é objeto de avaliação do Comitê de Gestão do Departamento, instância colegiada composta por: Chefe de Departamento, Coordenadores de Programa de Pós-Graduação e de Cursos de Graduação e, também, Representante da Pesquisa, Representante da Extensão e Cultura e dos Núcleos Comuns do referido Departamento.

O subprograma Avaliação pelos Pares considera, também, a Análise dos Planos de Ensino, realizada semestralmente pelo NDE, com o objetivo de analisar a explicitação do planejamento das disciplinas e a sua aderência ao Projeto Pedagógico do Curso. Este processo de Análise dos Planos de Ensino inicia pela reunião de planejamento do curso, com a exposição pelo Coordenador do referido Curso, a cada semestre, dos objetivos do curso, do

perfil do egresso e da articulação das disciplinas naquele semestre. Após esta apresentação, cada professor delimita e expõe a sua intencionalidade a partir do Plano de Ensino da disciplina sob sua condução. Na sequência, o NDE analisa os Planos de Ensino e produz o Parecer semestral.

Nesse sentido, convém mencionar que cabe ao NDE de cada curso de graduação da UNIJUÍ analisar e explicitar em Parecer se o Plano de Ensino está sendo entendido como um organizador do planejamento, execução e explicitação dos entendimentos a serem realizados pelo professor, a partir do Projeto Pedagógico do Curso e o grupo de estudantes matriculados na disciplina, visando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, fundamental para a materialização do perfil do egresso de cada curso e da Instituição.

Importante mencionar, também, que as análises realizadas pelo NDE e materializadas em Pareceres, para cada subprograma de cada curso, são disponibilizadas aos gestores acadêmicos, devendo subsidiar o planejamento do curso, do departamento e da Instituição.

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ completou cinco anos de atuação, e como estratégia para o envolvimento dos sujeitos desenvolveram-se ações como: adequação dos instrumentos de coleta de dados e dos relatórios; capacitação dos gestores acadêmicos, principalmente dos coordenadores de curso; realização de reuniões com os Comitês de Gestão dos Departamentos, para expor e alinhar os processos; realização de eventos de formação continuada que discutem o tema; utilização de espaços no Fórum de Coordenadores; realização de reuniões com os NDEs, com o envolvimento da CPA; execução de campanhas de marketing para divulgação dos processos avaliativos; e apresentação dos processos avaliativos pela CPA aos estudantes, em semanas acadêmicas dos cursos e eventos congêneres. Entende-se que este é um desafio constante para a CPA e os gestores acadêmicos, principalmente no sentido de utilizar os resultados da avaliação para revisar rotas, ou melhor, reorganizar o planejamento.

Na visão da professora Cátia Nehring, Vice-Reitora de Graduação em duas gestões (2011/2013 e 2014/2016) e atual Reitora da UNIJUÍ, em 2015, ano em que o Programa de Avaliação Docente completou três anos, houve a internalização do mesmo por um número significativo de gestores. O desafio que se impõe para a sua efetividade é tornar o professor um agente de divulgação do programa, principalmente junto aos estudantes. Para isso, estão sendo desenvolvidas/pensadas estratégias que mostrem constantemente à comunidade acadêmica o processo e os resultados do Programa de Avaliação Docente, em seus respectivos subprogramas (Informativo VRG 2015).

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Para a execução deste artigo fez-se um recorte, optando-se por uma questão do instrumento de Autoavaliação Docente e uma questão do instrumento de Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes, que se entendeu adequadas para estabelecer a relação entre como o professor compreende a sua atuação no processo de ensino e da aprendizagem do estudante, e o que dizem os estudantes em relação ao seu de aprendizagem e ao processo de ensino desenvolvido pelo docente na disciplina avaliada. Além disso, utilizou-se dos pareceres do NDE, no que concerne ao uso do documento Plano de Ensino como um instrumento de gestão do processo de ensino e da aprendizagem pelo professor.

Assim, optou-se em analisar a questão 50 do instrumento utilizado no subprograma Autoavaliação Docente e a questão 1 do instrumento utilizado no subprograma Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes, conforme os dados registrados nas Tabelas 1 e 2.

A questão 50 da autoavaliação docente pergunta: “Utilizo o Plano de Ensino como um documento orientador do planejamento da disciplina?” As respostas dos professores estão apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1.** Respostas dos professores à questão 50 do instrumento de Autoavaliação de 2015

ESCALA	TOTAL DE RESPOSTA	PERCENTUAL DE RESPOSTA
Sempre	346	98,86%
Às vezes	4	1,14%
Total	350	100%

**Fonte:** Relatório SIE, 2016.

As respostas para a questão 1 do instrumento de avaliação das disciplinas pelos estudantes, que pergunta: “Com relação ao meu processo de aprendizagem nesta disciplina estou conseguindo ter a compreensão do conteúdo conforme está previsto no Plano de Ensino?” estão apresentadas na Tabela 2.

**Tabela 2.** Resultados da avaliação das disciplinas da modalidade presencial pelos estudantes referentes ao 1º e 2º semestres de 2015

ESCALA	PRIMEIRO SEMESTRE	SEGUNDO SEMESTRE
Sempre	71%	70%
Sim, em parte	23%	23%
Não	6%	7%

**Fonte:** Relatório SIE, 2016.

Com base na Tabela 1 pode-se afirmar que 98,86% dos professores utilizam o Plano de Ensino como um instrumento de gestão da disciplina. Ao consultar a parte qualitativa do relatório, a maioria dos comentários realizados pelos professores no instrumento reforça esta posição.

No entanto, fazendo a relação com os resultados da Avaliação das Disciplinas, feita pelos Estudantes, conforme mostra a Tabela 2, para o primeiro semestre de 2015, os dados indicam que 71% dos estudantes dizem que sim, 23% em parte e 6% não. Na mesma questão que avalia as disciplinas do segundo semestre de 2015, os estudantes responderam 70% sim, 23% em parte e 7% não. É possível constatar que os resultados dos dois semestres são praticamente idênticos, reforçando que o estudante identifica o Plano de Ensino como um organizador da sua aprendizagem. Cabe destaque que no primeiro semestre houve 60% de participação dos estudantes e no segundo semestre caiu para 51%.

Analisando os resultados obtidos pela aplicação destes dois instrumentos, observa-se que os professores, em sua maioria, utilizam o Plano de Ensino como uma ferramenta de gestão da disciplina, marcando o processo de ensino; e os estudantes, que responderam sim e em parte, também, afirmam estar conseguindo ter a compreensão do conteúdo conforme previsto no Plano de Ensino, viabilizando a sua aprendizagem.

Deste modo, é possível inferir que os professores estão utilizando este instrumento, que é o Plano de Ensino, para planejar o ensino, a partir do Projeto Pedagógico do Curso, norteando suas ações de ensino e, também, possibilitando que o estudante compreenda o objetivo da disciplina e como esta será desenvolvida, entendendo-a no contexto de um

processo de aprendizagem, que exige uma intencionalidade do professor, a participação e o envolvimento do estudante como responsável pela sua aprendizagem.

Nos comentários realizados pelos professores, da questão 50, quarenta e cinco docentes, dos trezentos e cinquenta, que responderam a autoavaliação, apresentaram considerações, pois estas não eram obrigatórias, as quais reforçam o Plano de Ensino como um instrumento fundamental de planejamento para o desenvolvimento da disciplina, com destaque para que este instrumento (Plano de Ensino) precisa ser discutido e apresentado aos estudantes, na perspectiva de ser um contrato estabelecido com os mesmos.

Tais considerações podem ser identificadas, por exemplo, nos seguintes comentários: “É condição para um eficaz desempenho na disciplina. Todo o planejamento, execução e avaliação da disciplina são orientados pelo Plano de Ensino e nele explicitado”; “O planejamento da disciplina depende do Plano de Ensino”; “O Plano de Ensino é um elemento fundamental do processo de ensino e de aprendizagem que se busca construir com os estudantes e, deste modo, não pode ser negligenciado, mas, sim, tomado como uma espécie de bússola que orienta a elaboração das aulas e nos mantém vigilantes frente à ementa, o programa e os objetivos, evitando que as aulas se transformem numa sobreposição de temas ou, inclusive, em um vale tudo”; “Se necessário, reavalio o plano original e faço adequações de acordo com as necessidades e potencialidades da turma a que foi destinado” (Relatório SIE, 2016).

A partir do subprograma Avaliação pelos Pares, os Pareceres do NDE indicam que ainda há professores que apresentam dificuldades em compreender o Plano de Ensino como um instrumento de planejamento e gestão das suas aulas, apontando para a necessidade de intensificar o trabalho de compreensão deste instrumento para o processo do ensino e da aprendizagem, trabalho este desenvolvido pelas coordenações de curso e pela assessoria pedagógica, focado no Programa de Formação Docente UNIJUÍ (Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional, 2016, p. 61) e fomentado pelo desenvolvimento de palestras e oficinas promovido a partir do referido Programa.

Observa-se, a partir dos resultados da questão do instrumento de Autoavaliação Docente e do instrumento de Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes e, ainda, pelos Pareceres do NDE, que a maioria dos professores compreende o Plano de Ensino como a materialização de um contrato realizado entre a Universidade, o professor e o estudante, visando a aprendizagem deste último. Do ponto de vista do estudante também se percebe esta intenção.

No entanto, nas questões abertas do instrumento, no qual o estudante faz a sua avaliação, aparecem relatos de fragilidades em relação as metodologias e didáticas desenvolvidas em algumas disciplinas, principalmente que os motive a aprendizagem. Nesta reflexão toma-se a análise de um determinado NDE assim explicitada:

Neste ano novamente percebeu-se algumas contradições no preenchimento do instrumento de avaliação pelos estudantes, uma vez que este responde algumas informações referentes ao Plano de Ensino, avaliação, etc. Nesse contexto verifica-se uma demanda na qual, muitas vezes, o Plano de Ensino contemple todos os seus itens de forma pertinente, no entanto a avaliação realizada pelo estudante demonstra que alguns itens do Plano de Ensino não estão sendo contemplados ao longo do semestre. Dessa forma, uma das propostas do NDE é um maior rigor não só nas análises dos Planos de Ensino, bem como em um acompanhamento na questão dos Planos de Ensino estarem sendo seguidos e seus conteúdos programáticos,

metodologias, avaliações estarem realmente sendo desenvolvidos ao longo do semestre.

Nesse fragmento identifica-se análise e encaminhamentos do NDEs, estando estes engajados em zelar para que o professor tenha o Plano de Ensino como o diretor de sua ação em sala de aula e desenvolva-o alinhado ao Projeto Pedagógico de Curso.

## 5. CONCLUSÃO

Pelas discussões tecidas neste artigo evidencia-se que o Programa de Avaliação Docente, com os seus respectivos subprogramas, está alinhado aos processos de avaliação e planejamento previstos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2015-2019.

A partir dos pareceres do NDE é possível reconhecer que os resultados dos subprogramas Autoavaliação Docente e Avaliação das Disciplinas geram indicativos para o planejamento, qualificando o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação da UNIJUÍ. Também é possível reconhecer que o Programa de Avaliação Docente, juntamente com o Programa de Formação Docente, qualifica os processos avaliativos da UNIJUÍ, buscando dar unidade e articulação, visando alinhar avaliação e planejamento. Pode-se dizer que ambos os programas cumprem o propósito institucional de planejamento, execução e avaliação como um movimento cíclico, em todos os processos institucionais e constituem-se em possibilidade de gerar indicadores para a busca da excelência acadêmica.

Finalmente, todo o exposto também permite reconhecer que o Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ está impactando na qualificação dos processos de ensino e da aprendizagem, possibilitando a sua utilização como ferramenta de gestão, contribuindo com o cumprimento da diretriz institucional pela excelência acadêmica.

No entanto, o desafio que se impõe está em aumentar o número de respondentes da Avaliação da disciplinas pelos Estudantes como forma de conferir maior credibilidade para o uso destes resultados para o impacto na sala de aula; bem como, em fazer com que as análises realizadas, pelo NDE, como a autoavaliação, realizada pelo professor, expressem a política da Universidade, de que seus professores se autodesenvolvam no sentido de compreender esse novo sujeito que chega a universidade, com vistas a torná-lo protagonista do seu aprendizado a partir de ações intencionais do professor, sendo este sujeito um docente comprometido com a aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 15 de junho de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 01, p. 3, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a avaliação das instituições de Ensino Superior**. Brasília, 2004. 48p.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ - CPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ**: abril de 2013 a janeiro de 2014. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 183 p. Disponível em: <www.unijui.edu.br/cpa. Acesso em: 05 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ 2015**. Ijuí, 2015. 295 p. Disponível em: <www.unijui.edu.br/cpa. Acesso em: 05 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ 2016**. Ijuí 2016. 305 p. Disponível em: <www.unijui.edu.br/cpa. Acesso em: 05 jul. 2017.

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: PDI UNIJUÍ – 2015-2019. Ijuí, 2015. 134 p. (Coleção Cadernos de Gestão Universitária, 52).

LEITE, Denise. A avaliação em prática. In: SOBRINHO, José Dias (Ed.). Avaliação: **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, ano 1, n. 1, p. 40, jul. 1996.

SILVA, Sidinei Pithan da. O papel da avaliação discente no ensino superior. In: **UNIJUÍ**. Programa de Avaliação Docente 2011/2013 da UNIJUÍ. Ijuí: [s.n.], 2011. p 31-35.

SOBRINHO, José Dias. A imprescindibilidade da avaliação institucional diante da crise das universidades. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Avaliação institucional – desafio da universidade diante de um novo século**. Belém: UPF, 1997. 157p. p. 36.

\_\_\_\_\_. **Avaliação e educação: técnica e ética – avaliação democrática para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pareceres avaliativos do NDE dos cursos de graduação da UNIJUÍ sobre o programa de avaliação docente**. Ijuí, 2015. Paginação irregular.

\_\_\_\_\_. **Programa de Avaliação Docente 2011/2013 da UNIJUÍ**. Ijuí: [s.n.], 2011, 57 p.

\_\_\_\_\_. **Relatórios do Sistema de Informações para o Ensino - SIE** (Dados do Programa de Avaliação Docente – período de 2015. Ijuí, 2015/2016. Paginação irregular.

\_\_\_\_\_. **Informativo VRG**. Ijuí, 2015. 4p.